

# A Revolução de 1817 e suas Dimensões Internacionais

*Flávio José Gomes Cabral\**

## *Resumo*

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento de caráter republicano originado de insatisfação generalizada contra a Coroa portuguesa. Ela foi a única no Brasil que conseguiu tomar o poder e eleger um governo republicano e ser notícia em várias partes do mundo. Nela tomaram parte não apenas pessoas ligadas as elites, mas pessoas pertencentes aos mais baixos estamentos sociais.

Palavras-chaves: Revolução; República; Cultura política.



\* Doutor em História pela UFPE, Professor Ajunto na Universidade Católica de Pernambuco, vinculado aos cursos de Licenciatura em História e ao Programa de Pós-Graduação em História. Autor de entre outras obras: **Paraíso terreal**: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador – Pernambuco, 1820 (São Paulo, Annablume 2004) e **Conversas reservadas**: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013).

## The Revolution of 1817 and its International Dimensions

## La Revolución de 1817 y sus Dimensiones Internacionales

### *Abstract*

The Pernambucana Revolution of 1817 was a republican movement originated from general dissatisfaction against the Portuguese Crown. She was the only one in Brazil who managed to seize power and elect a republican government and make news in several parts of the world. Not only people linked to the elites took part in it, but people belonging to the lowest social strata.

Keywords: revolution, republic, political culture.

### *Resumen*

La Revolución de Pernambuco de 1817 fue un movimiento republicano originado por el descontento generalizado contra la Corona portuguesa. Fue la única en Brasil que logró tomar el poder y elegir un Gobierno republicano y ser noticia en varias partes del mundo. En él no sólo participaban personas vinculadas a las elites, sino también personas pertenecientes a los estratos sociales más bajos.

Palabras clave: revolución, república, cultura política.



## *A Revolução – história e historiografia*

No dia 6 de março de 1817, quando eclodiu uma revolução em que se contestou a autoridade real, pairava sobre o norte do Brasil recessão generalizada com grandes flutuações dos preços dos principais gêneros de primeira necessidade. O custo de vida em um centro urbano como o Recife era difícil para todo mundo. Um pescador disse à época que preferia viver em Maceió porque viver lá era melhor. Na zona rural o quadro era talvez pior e havia protestos. No sertão, bandoleiros aterrorizavam a população. Com a chegada da família real, a carga tributária cresceu, para desespero de todos. Por ser uma das capitanias mais lucrativas, Pernambuco era também a mais explorada, sendo obrigada a financiar os gastos da corte. Em 1809, o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro mostrou-se preocupado com a possibilidade de não continuar honrando compromissos, mas a Coroa nada fazia para atenuar as reclamações<sup>1</sup>.

Tanto os homens de posses quanto a população pobre acreditavam que o rei havia dado as costas para a capitania. Havia descontentamentos em várias esferas sociais a ponto de se orquestrarem sedições. Em Recife, as articulações sediciosas foram organizadas nas casas de vários maçons, entre os quais Domingos José Martins (comerciante), o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, o comerciante Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá) e o cirurgião Vicente Ribeiro dos Guimarães Peixoto. Participavam homens ligados às elites e de outros estamentos, como soldados e funcionários públicos<sup>2</sup>. Um cenário exterior encantava os revolucionários – o das independências da América. A revolução dos Estados Unidos inspirou os revolucionários pernambucanos, tanto que se explicou ao presidente norte-americano James Madison que a revolução de 1817 havia se inspirado na revolução ocorrida em seu país.

<sup>1</sup> APEJE. CC, cód. 69, fls. 15-20.

<sup>2</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, p. 233-234, v. CVII.



Quando a revolução já cantava algumas vitórias, ela conseguiu a adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de parte do Ceará. Quando as notícias da revolução chegaram à corte do Rio de Janeiro, a preocupação de D. João VI foi imensa a ponto de ele suspender a data de sua aclamação. Nesse interregno, o Cônsul britânico Henry Chamberlain interceptou uma carta dirigida a Juan Martin Pueyrredon, uma das lideranças da independência da futura Argentina, em que dizia que a revolução de Pernambuco estava prevista para acontecer em outro momento e que os maçons estavam por trás dela. A carta causou espanto pelo modo como os rebeldes se articulavam, bem como havia planos para que o movimento atingisse outras províncias, entre as quais a Bahia, o Maranhão e o Pará<sup>3</sup>. Essas articulações demonstravam que a revolução não foi articulada apenas para o engrandecimento de Pernambuco como explicou o Padre João Ribeiro, uma vez que ela tinha em mente alcançar todo o país.

80

As pistas fornecidas pela carta interceptada pelo diplomata inglês sinalizam que a revolução era do conhecimento de alguns líderes sul-americanos envolvidos nos movimentos libertários do continente. Muitas das ideias defendidas pelos revolucionários pernambucanos, como soberania popular, constituição e abolição da escravatura estavam presentes nos pensamentos do frade carmelita Manoel de Arruda Câmara. Em 1810, ele se encontrava acamado e mandou chamar o carmelita e também maçom Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (um dos componentes do Governo Provisório de 1817) até sua residência em Itamaracá e lhe confiou a guarda de uma carta-testamento contendo planos revolucionários. O documento deveria chegar em segurança até o misterioso “amigo N”, residente nos Estados Unidos, por contar planos sediciosos justamente em um momento que a América do Sul se tornava independente<sup>4</sup>. Tanto a carta

<sup>3</sup> Carta escrita por Henry Chamberlain, escrita no Rio de Janeiro em 25 de março de 1817, para Lord Castlereagh (Secretário das Relações Exteriores britânico) In Documents diplomatiques inédits relatifs à la Révolution de Pernambouc In: TOLLENARE, L.A. **Nores Dominicales prises pendant un voyage em Portugal et au Bréil em 1816, 1817 et 1818**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973, p. 861.

<sup>4</sup> CABRAL, Flavio José Gomes. A linguagem política oitocentista: cartas, panfletos, versos e boatos no norte da América portuguesa. *História Unisinos*, v. 21, n.2, 2017, 259-269. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4013/htu.2017.212.10>> Acesso em: 11/10/2022.

interceptada no Rio de Janeiro quanto a de Arruda Câmara sinalizam existir um tipo de sociabilidade epistolar no continente em que se confienciavam planos e estratégias revolucionárias.

A Revolução de 1817 não se tratou de obra do acaso, não foi separatista e nem tampouco localizada, como retratada por uma historiografia produzida no Rio de Janeiro imperial a partir de Varnhagen (1816-78). Tido como fundador da história brasileira, esse autor nutria aversão pela revolução de 1817. Para ele, a história nacional poderia muito bem passar sem aqueles relatos tidos como “mitos históricos” e, na tentativa de desqualificá-la, dizia que se tratava de um movimento insurrecional “não brasileiro, mas provincial”, que implantou uma república “independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro”<sup>5</sup>. Para o autor, a revolução pernambucana foi resultado de um ato precipitado, obra do acaso, financiada à custa do dinheiro de alguns “capitalistas”, a exemplo do comerciante Domingos José Martins, homem, segundo ele, sem grandes habilidades, havendo inclusive quebrado seus negócios em Londres, portanto desqualificado para gerir o malfadado movimento.

A revolução em destaque, segundo Varnhagen, se vitoriosa poderia ter posto em risco a integridade do Brasil e a construção do império, muito diferente, segundo seus argumentos, da Inconfidência Mineira que a antecedeu, cujas glórias honravam a nacionalidade. Esses posicionamentos foram seguidos por outros historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujo pensamento se norteava por uma história do Brasil como um ramo da história que os portugueses nos legaram, segundo suas convicções “as garantias morais e físicas”. Esses pensamentos começaram a ser contestados em 1917, ano do centenário da revolução, quando Alexandre Barbosa Lima (1862-1931) contrapôs no IHGB sua historiografia em torno dos eventos pernambucanos, que reduzia aqueles acontecimentos como um movimento de conflito de ideias.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa H. Laemmert, 1857, v. II, p. 373

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Lúcia. *História geral do Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac, 2002.



Quanto à questão de ser separatista merece esclarecimentos. Os homens que teceram a revolução não tinham tal aspiração, pelo contrário, havia forte desejo que as províncias permanecessem unidas formando uma única república. Na tentativa de difundir o movimento e conquistar apoio de outras localidades, emissários foram enviados para diversos lugares portando mensagens do governo revolucionário. Neste sentido, foram escritas proclamações aos cearenses, aos “habitantes do Cabo” e aos “Denodados patriotas baianos”<sup>7</sup> solicitando seu apoio. Esse tipo de alocução em que procurava adesão de todos, não apenas dos pernambucanos, mas do Brasil, preocupou a Coroa. Segundo Oliveira Lima, “teria sido o maior susto da corte”<sup>8</sup> efeito que o diplomata francês Jean-Baptiste Maler achava inevitável.

Para Carlos Guilherme Mota,<sup>9</sup> a revolução em evidência representou o primeiro “traço realmente significativo de descolonização acelerada e radical”, entretanto, não se tratou de uma revolução. Essa visão foi bastante difundida a partir da publicação de sua tese, norteadas por alguns princípios marxistas, pois mesmo não negando a importâncias daqueles “abalos”, foi ali que “se definiu com vigor a primeira camada dirigente brasileira, anticolonialista, porém escravista”. Se houve “abalo”, como propõe Mota, não ocorreu uma revolução na estrutura social estamental-escravista, sem a emergência de uma sociedade de classes. A probabilidade, ainda que remota, de vir a ser dada liberdade aos escravizados assustou os grandes senhores. Na realidade – naquele momento – diante das circunstâncias, dificilmente se pensaria o contrário, tanto que os revolucionários postergaram para o futuro a problemática da escravidão que seria abolida de forma lenta, regular e gradual. Neste sentido, a revolução tomou uma atitude emancipacionista, ou seja, defendeu mormente a gritaria dos senhores de engenho, o fim gradual da escravidão, algo que, segundo Marcus Carva-

<sup>7</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 06, pasta 02. LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817**: estrutura e comportamentos sociais. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988, p. 195.

<sup>8</sup> LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 502.

<sup>9</sup> MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**: estrutura e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 2.

lho “só viria acontecer no Brasil na segunda metade do XIX, a partir da Lei do Ventre Livre”<sup>10</sup>.

Na prática, como pensa Villalta,<sup>11</sup> a conservação da escravidão e da propriedade ameaçadas durante o curso da revolução serviria mais tarde para consolidar os interesses dos senhores patriarcais em torno do plano imperial imaginado por D. Pedro I. Diante do exposto, observa Maria Odila Silva Dias,<sup>12</sup> “a semente da ‘nacionalidade’[brasileira]”, nada apresentaria “de revolucionário: a monarquia, a continuidade da ordem existente, eram as grandes preocupações dos homens que forjaram a transição para o império”. Portanto, o movimento liberal vitorioso que em 7 de setembro de 1822 rompeu com Portugal, foi extremamente conservador por manter a escravidão e a dominação dos proprietários de terra. Quem desejou desatar essas amarras morreu, como Frei Caneca. “E quem não aceitou as regras do novo patronato”, como explica Fernando Novais,<sup>13</sup> “foi aliado do processo, como D. Pedro I, obrigado a abdicar e retornar para Portugal em 1831”.

Durante os 74 dias de duração do movimento revolucionário, o tradicional vínculo de fidelidade, importante liame de união entre os súditos e o rei, foi desfeito, passando-se a adotar novos comportamentos assentados na liberdade muito diferente dos tempos passados, quando as ações despóticas dos soberanos portugueses minavam as expectativas dos habitantes da América portuguesa, em particular do norte dessa região. O modo como a Coroa procurou abafar o movimento demonstram o grau de sua gravidade. Os implicados foram perseguidos, presos e muitos perderam suas vidas incursos no crime de lesa-majestade, previsto pelas Ordenações Filipinas, Livro V, título 6: materializado em inconfidência, isto

<sup>10</sup> CARVALHO, Marcus J.M. de. Entre o vós e o vossa mercê: a radicalidade de 1817. In: CAÛLA, César et al (org.) *Bicentenário da Lei Orgânica da Revolução de 1817: um marco na história constitucional brasileira*. Belo Horizonte: Fórum, 2018, pp. 324-325

<sup>11</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 62, jun/ago, 2003.

<sup>12</sup> DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 180.

<sup>13</sup> NOVAIS, Fernando A. *A Independência política do Brasil*. 2ª ed. São Paulo Hucitec, 1996, p. 13.

é, traição cometida contra a pessoa do soberano, ou seu real Estado. Crime abominável chegado a ser comparado à lepra<sup>14</sup>.

## *Os exercícios sediciosos*

Muitos testemunhos existentes na devassa aberta contra os revolucionários afirmaram que a revolução estava sendo orquestrada há cerca de dez anos, em reuniões ocorridas nas casas de algumas pessoas que pertenciam aos quadros da maçonaria, principalmente nas residências do negociante Domingos José Martins, do padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, do comerciante Cabugá (Antônio Gonçalves da Cruz), e do cirurgião Vicente Peixoto<sup>15</sup>. Nesses encontros, além dos letrados, participavam soldados e outros elementos da sociedade local que debatiam assuntos do domínio da política, e muita gente era iniciada no seio da agremiação. Boatos circulavam dizendo que ali se preparava um levante contra a Coroa e havia o desejo de propagar tais ideias entre a população, sendo para isso importante “abrir quatro lojas maçônicas, e nelas seriam admitidos todos os seus patrícios e compatrícios que julgassem capazes, e quisessem entrar para defesa dos negócios supostos” que lhes seriam revelados após suas iniciações<sup>16</sup>.

Durante as refregas, a revolução se apresentou com seus indumentários usuais de indisciplina, conflito e violências. No decorrer da agitação, a soldadesca se encontrava dividida: de um lado, os oficiais portugueses; do outro, os nascidos na terra. As divergências

<sup>14</sup> Entre 1817 e 1818 foram mortos o padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (padre Roma), José de Barros Lima (Leão Coroado); Pedro Tenório (vigário de Itamaracá), tenente Antônio Henriques, capitão Domingos Teotônio Jorge, o dr. José Luis de Mendonça, padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (padre Miguelinho) e Domingos José Martins. O padre João Ribeiro, percebendo o destino que lhe destinavam, suicidou-se em 21 de maio de 1817, no Engenho Paulista, mas teve seu cadáver exumado e sua cabeça exposta em praça pública para fazer justiça à majestade. DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 117, v. CV.

<sup>15</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, p. 233-234, v. CVII.

<sup>16</sup> Durante as investigações contra o capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, proprietário do Engenho Suassuna, recaiu sobre ele acusações de ter participado da revolução e de ter frequentado reuniões sediciosas (clubes maçônicos) localizada Rua do Queimado (atual Rua Duque de Caxias). DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, v; CVIII, 13, 14, 15.



entre ambos culminaram com a morte do tenente-coronel Alexandre Tomás. Aproveitando essa tragédia, os sediciosos se uniram aos soldados engajados nas tropas locais dando início aos tumultos de ruas. Durante as refregas, palavras de ordem de “viva a pátria” e, de “morra a tirania real” eram gritadas pelos manifestantes, pondo a localidade em polvorosa, concorrendo para que muita gente se fechasse em suas casas.<sup>17</sup> O governador régio, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao escutar os tiros e tomar conhecimento da rebelião fugiu imediatamente do palácio com a família e alguns amigos, abrigando-se no Forte do Brum. Lá foi obrigado a capitular no dia 7 de março e embarcar para a corte do Rio de Janeiro. Em seguida, no Campo do Erário (hoje Praça da República), foi eleita uma Junta, dita Governo Provisório, que deveria governar a república até as eleições para a Assembleia Constituinte. Na ocasião, muitos militares ciosos do novo dever e revestidos de emoções começaram a arrancar as insígnias reais de suas barretinas, sendo imediatamente seguidos por outros.

Entre os amotinados e testemunhas dos acontecimentos, Antônio Joaquim de Melo, que publicaria, em 1895, importante obra sobre a trajetória do amigo e companheiro de sedições, o poeta José da Natividade Saldanha, registrou que a revolução veio à tona por volta das 14 horas do dia 6 de março, quando o remanso local foi quebrado ao som de gritos que partiam das ruas de “não mais escravidão! Independência! Acabe-se para sempre a tirania real!”

Os insurgentes se sentiam injustiçados pelo monarca, acusando-o de ter virado as costas para a região, afogando-os em tributos que tenderam a crescer após a “interiorização da metrópole”. Ao se romper com o rei, as velhas insígnias que lembravam sua presença foram abolidas das repartições públicas. Nesse sentido a revolução procurava “apagar para sempre o império do despotismo até seus últimos vestígios”<sup>18</sup>. Após a capitulação do governador, ocorreu a eleição dos governantes da jovem república. Naquele momento

<sup>17</sup> Arquivo Nacional. Informe do cadete do Regimento de Infantaria do Recife, Antônio Joaquim de Sousa. SDH, cod. 7, vol. 14, fl. 89-92.

<sup>18</sup> Decreto do Governo Provisório da Paraíba, 18 de março de 1817. DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 34, v. CI.



muita gente se acotovelou no Campo do Erário para participar do evento. O colégio eleitoral composto por dezesseis pessoas de diversas origens, posição social, riqueza e cor, inclusive dois negros, elegeu a junta de governo, dito Governo Provisório, para cuidar da Pátria. Esse governo foi composto por cinco membros que representavam, cada um deles, um grupo da sociedade: padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, o clero; capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, os militares; José Luís de Mendonça, a magistratura; o coronel Manoel Correia de Araújo, a agricultura; e o Domingos José Martins, o comércio.

Ainda em torno do suposto separatismo, lembramos que líderes como o padre João Ribeiro, um dos mais importantes membros do governo republicano, ao escrever na madrugada de 30 para 31 de março de 1817 para o governo revolucionário paraibano propondo a união das províncias em torno da revolução - explicava que os ressentimentos pernambucanos com o rei eram os mesmos existentes na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará. O sacerdote entendia que a adesão provincial era veículo de suma importância para a formação de uma única república, uma vez que as citadas províncias apresentavam “identidades de interesses” além de relações e, portanto, não podiam se separar. E para que não se pensassem que a revolução havia sido feita para o engrandecimento de Pernambuco, sujeitando-as como antigamente, quando formavam capitânias anexas, explicitava que havia proposto que a futura capital federal se localizasse no centro da federação, isto é, na Paraíba, a cerca de 30 a 40 léguas da costa, onde também deveria sediar o Congresso e o Governo federal <sup>19</sup>.

Ainda no firme propósito de conseguir adesão de outras províncias, inclusive das mais importantes, emissários foram enviados muito antes da deflagração da revolução, tanto para a corte do Rio de Janeiro quanto para a Bahia. Acusações recaíam contra o capitão de artilharia de Olinda, Domingos Teotônio Jorge, de ter ido àquela corte com o propósito de “fazer requerimentos a Sua Majestade”, mas seu objetivo principal foi “sondar os ânimos dos

<sup>19</sup> DIAS MARTINS, Joaquim. *Os mártires pernambucanos nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. 2ª ed. Recife: Assembleia Legislativa, [1974], p. 520, 521.

habitantes daquela capital e da Bahia, por onde voltou”, além de ter sorrateiramente realizado esforços para “conhecer as forças que tinha El-rei”<sup>20</sup>.

A missão de sublevar os cearenses esteve a cargo do padre José Martiniano Pereira de Alencar e Miguel Joaquim César incumbidos de manter contato com várias pessoas simpatizantes da revolução; o primeiro contou com o apoio de sua mãe, Bárbara de Alencar. A mensagem que carregavam era de persuadir a população sobre a opressão que vinham sofrendo há anos, por parte da Coroa, e as vantagens que teriam de não serem governados por “ladrões que vêm chupar a nossa subsistência”.<sup>21</sup> Os agentes dos revolucionários pernambucanos tiveram seus trabalhos dificultados devido à ação preventiva e enérgica do governador Manuel Inácio Sampaio que, tomando conhecimento dos acontecimentos pernambucanos e não podendo contar com o apoio das milícias que se encontravam seduzidos pelas ideias revolucionárias, procurou atrair a tropa de linha através da elevação do soldo e promoções. Apesar de conseguir controlar a capital provincial, não lograria sucesso no interior, tanto que os ecos revolucionários chegaram à vila do Crato em 3 de maio de 1817, sendo reprimidos no dia 11 <sup>22</sup>.

Se Domingos Teotônio Jorge havia estado na Bahia antes de a revolução vir à tona, firmando contatos importantes; coube ao padre Roma a tarefa de concretizar sua atuação comunicando-se com pessoas já anteriormente contatadas pelo referido Teotônio Jorge e pelo padre João Ribeiro, a fim de sublevar os baianos.<sup>23</sup> Possivelmente as pessoas com quem o padre Roma deveria entrar em contato pertenciam aos quadros da maçonaria baiana que, provavelmente

<sup>20</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 60, v. CII.

<sup>21</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 125, v. CV. Instruções dadas a Miguel Joaquim César e ao padre José Martiniano Pereira de Alencar.

<sup>22</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 137-145, v. CI; DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 237, v. CV.

<sup>23</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, p. 280, v. CVII.

se encontrava infiltrada por espões, prejudicando sua missão. O padre, antes de ali desembarcar, esteve em Sirinhaém e em Alagoas, que à época era adstrita a Pernambuco, proclamando a revolução<sup>24</sup>. Partiu para a Bahia em uma jangada fretada, sendo imediatamente preso ao desembarcar, no dia 26 de março de 1817, em companhia de um filho menor e quatro jangadeiros, sendo arcabuzado três dias depois no Campo de Santana<sup>25</sup>. Antes de receber voz de prisão dos esbirros do governador Conde dos Arcos, o padre conseguiu se livrar de documentos comprometedores, entre eles proclamações intituladas “Denodados patriotas baianos”<sup>26</sup>.

### *A linguagem da revolução*

Outras demonstrações de desafeição ao trono podem ser verificadas através de cartas passadas entre particulares. Uma delas, escrita sem explícito emissor e endereçada ao “patriota e amigo Hilário da Costa Romeu”, escrita em Alagoas, em 23 de abril de 1817, relatava as ocorrências de 6 de março, em Recife, que culminaram com a rendição do governador e a implantação de uma república. O missivista acusava o soberano de ser orgulhoso e onipotente, entretanto, com a nova ordem política os antigos vínculos de fidelidade que uniam os súditos ao rei se encontravam desfeitos e, naquele momento, esclarecia que “somos vassalos de um governo social, ou para dizer de todo de nós mesmos; só temos de respeitar a lei Santa, a lei da República, sem enfeites; ela nos governa, e já não haverá déspotas que a governem”.

<sup>24</sup> Em Alagoas, o emissário do governo pernambucano mandou publicar um bando explicando o rumo da revolução além de ordenar que os símbolos da realeza fossem removidos de todos os lugares, explicou que os Estados Unidos estavam em via de socorrer o Governo Provisório. Aderiram ao apelo do emissário as vilas de Penedo, Anadia, São Miguel, Porto de Pedra. A maior parte das igrejas repicaram seus sinos havendo Te Deum em ação de graças pela instalação do governo revolucionário, ocasião em que foram lidas as pastorais da diocese pernambucana. Se por um lado alguns padres e chefes patriarcais se posicionaram a favor da revolução, o padre de Camaragibe subiu ao púlpito advogando a favor do rei. DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p.64, v. CI.

<sup>25</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p.65, v. CIII.

<sup>26</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 04, pasta 14.

As acusações de que D. João VI havia se afastado dos pernambucanos e de ter quebrado o velho pacto se ancorava no mito da restauração do domínio português quando, em 1654, os holandeses foram escorraçados da capitania à custa de muita perda de sangue e fazenda de seus antepassados que, movidos de “sentimentos nativistas” reconquistaram a região aos holandeses e devolveram-na ao soberano. Em contrapartida, pela fidelidade, a Coroa passou a oferecer isenções fiscais, administrativas e outras mercês aos pernambucanos, o que naquele momento não vinha sendo observado<sup>27</sup>. Foram através dessas velhas lembranças que os homens de 1817 buscavam explicar a existência de um “acordo”, exigindo do rei tratamento especial. Assim, foi se alicerçando nos emblemáticos lugares de combates (Guararapes, Monte das Tabocas e Casa Forte) contra o invasor flamengo e nos heróis que os expulsaram da capitania (João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias) que um panfleto manuscrito, datado de 12 de março de 1817, e assinado por três dos membros do Governo Provisório: padre João Ribeiro Pessoa, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge, buscou apoio para a revolução<sup>28</sup>:



Patriotas, honrados pernambucanos, os Campos de Guararapes, Tabocas e Casa Forte são os maiores Padrões de valor e fidelidade que têm unido os seus heróis não eram mais que nós, porque o que tinham de grande era o ser de Pernambuco, que nós também somos. Adoremos, patriotas amados, ao Grande Deus, a esse ser imenso, ornado de Justiça e bondade, levantemos a mão por ele mesmo juremos uma eterna fidelidade à pátria, de sustentar denodamente a grande causa da liberdade e de não tomarmos outra medida, que não seja de fazer durável para todos os séculos, ou de morrer, escravos fiéis imitadores dos grandes heróis que desassombraram Guararapes, Tabocas e Casa Forte. Aos 12 de março de 1817. Viva a liberdade.

<sup>27</sup> MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 105. *Idem*. *Dezessete: a maçonaria dividida*, p. 16.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 06, pasta 02.

90

Ainda recorrendo às lembranças dos tempos dos flamengos e o desejo de perpetuar a cultura nativa, o que constituía gesto patriótico, muitos foram os que solicitaram alteração dos nomes tradicionais por outros ligados à história local. Um desses casos vem da Paraíba. O patriota brigadeiro Amaro Gomes Coutinho solicitou à junta paraibana que acrescentasse o sobrenome Vieira ao seu nome, em homenagem ao “valente campeão João Fernandes Vieira” que, no tempo dos holandeses, se bateu contra o invasor “armando povos, levantando campos, erguendo fortificações e voando com a impetuosidade do raio a todos os pontos contra os opressores da Pátria”. Talvez desejasse imitar o grande herói da Restauração de 1654, quando procurava cooptar homens a engrossar as fileiras revolucionárias. A junta prontamente o atende em 25 de março de 1817, decretando que “ao nome glorioso do nosso caro e esforçado Patriota Amaro Gomes Coutinho se aumente o imortal renome de Vieira, sendo de hoje em diante nomeado Amaro Gomes Coutinho Vieira”<sup>29</sup>.

Na linguagem manifestada nos diversos papéis e cartas que circularam por ocasião do levante há constante referência à palavra liberdade e denúncias sobre sua inexistência. O panfleto “Preciso”, de autoria do advogado Luís de Mendonça, foi escrito com o intuito de esclarecer à população os objetivos da revolução, acusando o despotismo pelos males causados à coletividade e finalizava dizendo que acabasse “para sempre a tirania real”. Com a revolução, um novo tipo de poder se dizia assentar na soberania popular e prometia mudanças. Além de romper com o passado, possibilitava o nascimento de uma noção de igualdade, o que despertava apreensão das elites. Foi sonhando com essa liberdade, que o paraibano Matias da Gama Cabral de Vasconcelos escrevia, no dia 13 de março de 1817, que Deus havia despertado seus conterrâneos do letargo em que se achavam, abrindo “os olhos ao pesado jugo” da sujeição ao “rei de Portugal e de seus magistrados, que eram déspotas”.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 57-58, v. Cl.

<sup>30</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 33, v. Cl.

Os homens que tomaram as ruas em 1817 não estavam a serviço de maçons, letrados, comerciantes ou proprietários de terras. Lembra Marcus Carvalho<sup>31</sup> que “eles tinham suas próprias motivações e intenções”, embora seja bom lembrar que “nem todos estavam alheios aos rumos da política internacional do período napoleônico”. Durante essas manifestações, além da gritaria que provavelmente era intensa e espantou muita gente, outras emoções foram extravasadas, as vozes e os gestos que não podendo ser captados em registros escritos tomaram conta daqueles espaços ao lado dos boatos e o disse-me-disse, que para Arlette Farge, estudiosa francesa do setecentos,<sup>32</sup> tratava-se de “opinião pública”.<sup>33</sup> Vibrava a força da palavra falada e dos contatos.

Nesse aspecto, as falas proferidas, o derrame de panfletos, as práticas sociais ordinárias não esgotaram o conjunto de opiniões e de sentimentos transbordados que uma população possui para refletir e agir. Alguns casos ilustram essas reações. Vicente Cabra, escravo do padre Bento Farinha de Braga, foi acusado de andar pela Praia de Pitimbu gritando: “viva a pátria, todos armados”.<sup>34</sup> A preta forra Maria da Conceição, moradora em Recife no Beco do Marisco, pensando que com a revolução houvesse chegado a sua vez, aproveitou a ocasião e desacatou uma senhora branca. Talvez em outro momento houvesse sido humilhada por ela e, percebendo o clima da mudança, resolveu ir à desforra. Com a queda da revolução foi denunciada e como punição sofreu o castigo de 72 palmatoadas<sup>35</sup>.

Os diversos insultos verbais proferidos nas várias manifestações de ruas, inclusive presentes em alguns documentos fabricados pelo governo, revestiram-se de significados tornando-se “mágicos”, no dizer de Hunt,<sup>36</sup> na medida em que se entendia que a liberdade de

<sup>31</sup> CARVALHO, Marcus. Os militares e a revolta de 1817 em Pernambuco. São Paulo, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, *Anais da XII reunião*, 1997, p. 200.

<sup>32</sup> FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 89.

<sup>33</sup> FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Seuil, 1992.

<sup>34</sup> *Relação dos réus e suas culpas*. DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 239, v. CVL.

<sup>35</sup> MELLO, Antônio Joaquim de. *Biographia de José da Natividade Saldanha*. Recife, Typographia de Manoel Faria & Filho, 1895, p. 117.

<sup>36</sup> HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 42.

expressão não era crime. Durante o “tempo da pátria”, como bem descreveu Denis Bernardes, via-se ruir os alicerces do poder real. O panfleto “Preciso” dava exemplo quando, por ocasião de sua impressão, as armas reais figuraram de cabeça para baixo, nítida visão de desprezo pelo soberano.

Quanto ao termo “pátria”, tantas vezes recorrido, tornou-se um vocativo importante se revestindo de características peculiares. No Brasil do tempo da revolução de 1817, dificilmente se usava a palavra “nação”, sendo mais frequentes os termos “pátria” e “patriota”, vocábulos que, aliás, ao longo dos anos se vestiu de significados diferentes, sendo muito politizado pela Revolução Francesa “a partir da associação com a defesa do que era público e com uma série de valores que consagravam a liberdade política”<sup>37</sup>. Na realidade, muitas palavras já existiam, entretanto, os rebeldes lhes deram novas significações, uma vez que o momento exigia novos elementos devido à mudança política radical.

No princípio do oitocentos, entendia-se por “pátria” o local do nascimento, como bem demonstra o dicionarista Bluteau. Em 1817, a pátria dos rebeldes era Pernambuco, a Paraíba ou Rio Grande Norte. Já o termo “patriota”, tantas vezes evocado, tratava-se de um indicativo local e marcou o movimento, uma vez que, no tempo da Independência, não existiam na América portuguesa sentimentos de nacionalismo. Nesse sentido, a palavra adquiriu - durante o desenrolar da rebelião - “estatuto indicador de uma nova identidade política”<sup>38</sup>. Na prática, “nem sempre a defesa da Pátria esteve associada à defesa da nação, uma vez que esta última palavra sempre remetia aos vínculos pessoais que uniam os súditos ao seu rei”<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontro” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 63, jun/ago, 2003.

<sup>38</sup> BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 348.

<sup>39</sup> Idem. p. 349.



O sentimento de patriotismo defendido pelos insurgentes nordestas não se afasta do tipo de patriotismo pensado por Halperin Donghi<sup>40</sup>. Para esse autor, o “patriotismo significava participar activamente de la causa colectiva, privilegiar el bienestar común al próprio”. Seguindo essa linha de raciocínio para os homens de 1817, patriota se constituía em um defensor da pátria, valorizava os valores políticos e morais da República contra o “despotismo” real que havia sangrado os cofres provinciais e os pernambucanos. Explica Berbel<sup>41</sup> que o patriotismo de 1817

Adiantava um nacionalismo *avant la lettrre*. Poderia atingir todos os habitantes do Brasil, ou o conjunto da nação portuguesa. Mas esse patriotismo só se concretizou em uma determinada região do império ainda português. Assim, ainda que o objetivo da República não fosse a separação do conjunto da nação, esse resultado não estava descartado.



Por ocasião da retomada da região aos domínios do rei, o termo “patriota” foi ressignificado, passando a ser sinônimo de rebelde, réu de lesa majestade de primeira cabeça, ou melhor, crime de alta traição, porque simbolicamente os “patriotas” haviam seccionado o corpo real em um solo que, por sinal, abrigava o rei e sua corte.<sup>42</sup> Para muita gente que testemunhou os eventos de 1817 e temendo ser confundido com um revolucionário, isto é, por um patriota, o léxico passou a se constituir em uma ofensa, um insulto, digamos assim, isso porque existem palavras que ditas em particular podem ser aceitáveis, ao passo que, outras utilizadas de forma pública podem se tornar ofensivas causando desconforto<sup>43</sup>. Foi sobre a acu-

<sup>40</sup> Apud MEGLIO, Gabriel Di. *Patria*. In: GOLDMAN, Noemi. **Lenguaje y revolución: conceptos políticos claves en el Río de la Plata, 1780-1850**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 120.

<sup>41</sup> BERBEL, Márcia. *Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário político*. In: JANCSÓ, István. **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijui; Fapesp, 2003, p. 355.

<sup>42</sup> BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec; Recife: Editora da UFPE, 2006, p. 205.

<sup>43</sup> GARRIOCH, David. *Insultos verbais na Paris do século XVIII*. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). **História social da linguagem**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 122.

sação de ser patriota, ou seja, de traidor do rei, que alguns homens que tomaram parte no movimento de 1817 foram mortos, outros remetidos presos para a Bahia. Durante o trajeto, compreendido entre o porto soteropolitano e a cadeia, os prisioneiros foram destratados pela população, enquanto o governador local, conde dos Arcos (Dom Marcos de Noronha Brito), que comandou os primeiros ataques sobre o Recife, era ovacionado e tido como o salvador da monarquia. De várias partes das ruas as pessoas insultavam os aprisionados cantando, em voz alta:<sup>44</sup>

Bahia é cidade,  
Pernambuco é grotá.  
Viva o conde dos Arcos,  
Morra o patriota!

94



As dissensões revolucionárias de 1817 concorreram para que as províncias nortistas se separassem do corpo mítico do rei, quando então o exercício da autoridade da jovem república provisoriamente esteve nas mãos de uma junta de governo cuja autoridade se respaldava, segundo o preâmbulo da Lei Orgânica da República, na soberania popular<sup>45</sup>. Tais exercícios se opunham aos valores da política de Antigo Regime e, em síntese, respaldavam-se em alguns princípios do liberalismo e estavam expressos na citada Lei: distinção dos poderes, afirmação dos direitos individuais, a ideia de pacto social, tendo por princípio a segurança das pessoas. Com o novo estatuto, os indivíduos passavam a prestar vassalagem à pátria particular, “e não ao rei de Portugal”<sup>46</sup>. Deixava-se de ser serviente ao monarca e, pela primeira vez, se viam revestidos de direitos, inclusive de opinião. Havia advertência para os servidores da República quem minassem a dita soberania e os direitos dos homens ou provocassem

<sup>44</sup> COSTA, F. A. Pereira da. 1958. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo público Estadual, 1958, p. 579, v. VII.

<sup>45</sup> Lei Orgânica da República de Pernambuco. DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 16, v. CIV.

<sup>46</sup> Carta do paraibano Matias da Gama Cabral e Vasconcelos passado no Engenho dos Reis em 17 de março de 1817. DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 33, v. CL.

a desarmonia, porque seriam responsabilizados por seus atos<sup>47</sup>. Sobre a referência aos “direitos dos homens”, os revolucionários não se restringiram a alocuções, chegaram a mandar imprimir a “Declaração dos Direitos Naturais e Cíveis e Políticos do Homem” impresso igualmente com o “Preciso” e outros papéis doutrinários, entre eles, os do bispado olindense que pedia o apoio do clero e do seu rebanho em defesa da revolução.

Com o isolamento de Pernambuco e de outras províncias nordestinas do corpo real, novos símbolos foram inventados, como a bandeira e o laço azul e branco, que além de procurarem materializar a recente conquista, buscavam desatar os vínculos com o soberano absolutista. Durante a cerimônia da bênção do pavilhão republicano, no Campo do Erário, tocaram-se os zabumbas, havendo descarga de artilharia, enquanto os presentes de joelhos e com a mão direita levantada para o alto juraram defendê-la. A cerimônia foi concluída havendo gritaria de vivas à pátria, à religião e de “morra a tirania real”<sup>48</sup>.

Durante a construção da imagem da República, a diocese se posicionou favoravelmente. O deão Bernardo Luís Bernardo Portugal explicou que o rei é obra do demônio, porque os homens nascem livres por vontade de Deus. Satanás, em seus disfarces traiçoeiros, engana a humanidade a seguir um rei que não escolheram e os ludibria. Olhando por esse prisma, a República se filiava ao divino porque recuperava seu desígnio primeiro. Destarte, o religioso procura ensinar sobre a tarefa dos patriotas: “disciplina e união: a disciplina é origem dos grandes feitos; a união é a fonte de todos os bens e o veículo exclusivo da força dos Estados”<sup>49</sup>.

Na vila paraibana do Conde, os mais aguerridos atiraram-se em algazarra sobre a grimpa do pelourinho e com cal tentaram apa-

<sup>47</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 19, v. CIV.

<sup>48</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 9, v. CII.

<sup>49</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 72.



gar as imagens das armas reais ali existentes em ambas as faces<sup>50</sup>. Ainda naquela província, por ocasião do ataque dos revolucionários sobre a vila do Pilar, em 13 de março de 1817, por homens vindo de Itabaiana, a câmara da vila foi tomada pelos insurgentes que se apoderaram das bandeiras do corpo das ordenanças e dos bastões usados pelos vereadores. Estes foram quebrados em vários pedaços e arremessados na rua, não sem antes, “por desprezo”, serem inutilizados com instrumento cortante as armas reais e seus elementos: as quinas, os castelos e a coroa<sup>51</sup>. Quanto aos estandartes das ordenanças, eles foram arrastados e pisados pelos amotinados, havendo quem desfechasse contra eles tiros em seguida os trapos foram levados “para ser utilizados como “buchas para espingardas”<sup>52</sup>.

### *A propagação da revolução*

96



Além das proclamações, das prédicas dos religiosos e da força da oralidade, os revolucionários contaram com o prestígio dos almocreves, que se tornaram agentes importantes para a expansão dos ideais revolucionários entre as pessoas que habitavam as diversas regiões incultas. Alguns desses homens, durante a repressão, chegaram a ser ouvidos pelos agentes da Coroa e pagaram um preço muito alto pelo serviço prestado no “tempo da Pátria”. Para o exterior, os rebeldes enviaram para os Estados Unidos da América o comerciante Cabugá, como diplomata, a fim de costurar alianças importantes e tentar assinatura de acordos bilaterais que pudessem garantir os interesses dos dois países. Na realidade, o governo da República de Pernambuco não acreditava que os Estados Unidos reconhecessem aquele Estado, por ser essa a política que vinha adotando em relação às ex-colônias espanholas em processo de independência. Pelo ato de nomeação de Cabugá, ocorrido em 28 de março de 1817, o governo provisório deixou claro que “ainda (...) que o dito governo não reconheça publicamente a

<sup>50</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 158, v. CII.

<sup>51</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p.182-183, v. CII.

<sup>52</sup> DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p. 184-158, v. CII.

independência do povo pernambucano”, que o nomeado conseguisse permissão para a compra de armamentos e munições bélicas, além de alimentos, então caros e em falta em Pernambuco<sup>53</sup>.

Cabugá procurou seguir a risco as determinações do governo pernambucano. E, logo que chegou nos Estados Unidos, procurou entrar em contato com famílias influentes a fim de que elas pudessem intermediá-lo junto ao governo e assim apresentar suas credenciais; que procurasse contratar os serviços de alguns experimentados militares franceses, que outrora serviram a Napoleão Bonaparte e então se encontravam na América por não se sujeitarem a Luís XVIII, prometendo-lhes soldos e vantagens com a finalidade de serem engajados nos exércitos pernambucanos; que procurasse motivar os especuladores a comercializar materiais de guerra, fazendo-os sentir o lucro que advirão das transações, sobretudo a quebra de taxas e impostos; que espionasse o embaixador do Reino Unido Português, o abade José Francisco Correa da Serra, e procurasse desfazer a impressão negativa que este construiria contra a revolução; que o dinheiro do erário o qual receberia, deveria ser aplicado na compra de materiais de guerra e devidamente solicitado por Gervásio Pires Ferreira.

Em 1818, por ocasião do primeiro aniversário da revolução, vários emissários das rebeliões sul-americanas e alguns estadunidenses admiradores daquela causa, entre eles, Charles Jared Ingersoll, procurador-geral dos EUA na Pensilvânia, reuniram-se na cidade da Filadélfia, no dia 21 de maio. Em torno de Cabugá, participaram de um concorrido jantar onde foi saudada “a liberdade de toda a América Meridional”. Pediu-se vingança aos “mártires da liberdade de Pernambuco” e a “extinção da tirania”<sup>54</sup>. O significado de 1817 não pode ser medido levando-se em conta a eclosão e a sua repressão. Devemos atentar para o fato de que, se a experiência republicana fracassou, a coação e a restauração da ordem monárquica persistiram por quase



<sup>53</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 04, pasta 04.

<sup>54</sup> Carta de Correia da Serra ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de 1º de junho de 1818. BOURDON, Léon. **José Corrêa da Serra**: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII), p. 395-396.

quatro anos, uma vez que a devassa com todos seus resultados, foi encerrada em 1821, devido ao movimento vintista, iniciado em 1820 na cidade do Porto, que pôs em xeque o absolutismo monárquico. A “tão duradoura repressão, para um movimento de tão curta duração, é suficiente para fazer pensar que seu significado ultrapassa sua vi-gência temporal, ou mesmo aquilo que pode efetivamente realizar”<sup>55</sup>.

## Fontes

Arquivo Histórico do Itamaraty. (AHI). Lata 195, maço 06, pasta 02.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 04, pasta 04.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 195, maço 06, pasta 02.

Arquivo Nacional (AN). Informe do cadete do Regimento de Infantaria do Recife, Antônio Joaquim de Sousa. SDH, cod. 7, vol. 14, fl, 89-92.

Arquivo Nacional. Informe do cadete do Regimento de Infantaria do Recife, Antônio Joaquim de Sousa. SDH, cod. 7, vol. 14, fl, 89-92.

Arquivo Público Jordão Emerenciano (Apeje). CC, cód. 69, fls. 15-20

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, v. CI

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, v. CII.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, v. CIV.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, v. CV.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, v. CVII.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, v; CVIII.

Documents diplomatiques inédits relatifs a la Révolution de Pernambouc In: TOLLENARE, L. A. Nores Dominicales prises pendant un voyage em Portugal et au Bréil em 1816, 1817 et 1818. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

<sup>55</sup> BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec; Recife: Editora da UFPE, 2006, p. 204.



## Referência Bibliográfica

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec; Recife: Editora da UFPE, 2006.

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István. **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijui; Fapesp, 2003.

BOURDON, Léon. **José Corrêa da Serra: Ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820)**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975. (Fontes Documentais Portuguesas-VII).

CABRAL, Flavio José Gomes. A linguagem política oitocentista: cartas, panfletos, versos e boatos no norte da América portuguesa, **História Unisinos**, v. 21, n.2, 2017, 259-269. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4013/htu.2017.212.10>> Acesso em: 11/10/2022.

CARVALHO, Marcus. Os militares e a revolta de 1817 em Pernambuco. São Paulo, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, *Anais da XII reunião*, 1997.

CARVALHO, Marcus J.M. de. Entre o vós e o vossa mercê: a radicalidade de 1817. In: CAÛLA, César et al (org.) **Bicentenário da Lei Orgânica da Revolução de 1817: um marco na história constitucional brasileira**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

COSTA, F. A. Pereira da. 1958. **Anais pernambucanos**. Recife: Arquivo público Estadual, 1958, v. VII.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FARGE, Arlette. **Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII<sup>e</sup> siècle**. Paris: Seuil, 1992.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GARRIOCH, David. Insultos verbais na Paris do século XVIII. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). **História social da linguagem**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GUIMARÃES, Lúcia. História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817**: estrutura e comportamentos sociais. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.

LIMA, Oliveira. D. **João VI no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. 2ª ed. Recife: Assembleia Legislativa, [1974].

MEGLIO, Gabriel Di. Patria. In: GOLDMAN, Noemi. **Lenguaje y revolución**: conceptos políticos claves en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

MELLO, Antônio Joaquim de. **Biographia de José da Natividade Saldanha**. Recife, Typographia de Manoel Faria & Filho, 1895.

MELLO, Evaldo Cabral. **O nome e o sangue**: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**: estrutura e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVAIS, Fernando A. **A Independência política do Brasil**. 2ª ed. São Paulo Hucitec, 1996.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil**. Rio de Janeiro: Casa H. Laemmert, 1857, v. II.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 62, jun/ago, 2003.

